



Newsletter

N.º 12 - Agosto 2014

Nota de Abertura

Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 Da criminalização dos maus-tratos
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas

Caros Clientes e Amigos,

Como é sabido, inicia-se hoje um novo ano judicial que, para já, se perspectiva ser particularmente atribulado no que respeita à implementação do – tão afamado – novo mapa judiciário. Centenas de magistrados e funcionários judiciais mobilizados, centenas de milhares de processos transferidos, tribunais a funcionar provisoriamente em contentores, a indisponibilidade temporária da aplicação CITIUS, tudo fruto de improvisos de última hora.

Esperamos, no entanto, que o clima de incerteza e instabilidade que pauta o início deste ano judicial, em resultado da reforma estrutural do sistema judiciário, possa, num futuro próximo, converter-se numa otimização dos recursos existentes com vista à prossecução de uma Justiça efetiva.

Após o gozo de um merecido e retemperador descanso, desejamos a todos os nossos Amigos e Clientes um bom regresso ao trabalho!

A Equipa da CAMMP



Da criminalização dos maus-tratos

No passado dia 29 de agosto de 2014 foi publicada a Lei n.º 69/2014, que procedeu à trigésima terceira alteração ao Código Penal, instituindo a criminalização dos maus tratos e do abandono de animais de companhia.

Assim, *"quem, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus tratos físicos a um animal de companhia é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias"*, pena que será agravada até dois anos de prisão ou até 240 dias de multa se, daqueles maus tratos, resultar a morte do animal, a privação importante de um órgão ou membro ou a afetação grave e permanente da sua capacidade de locomoção.

Mas também, *"quem, tendo o dever de guardar, vigiar ou assistir animal de companhia, o abandonar, pondo desse modo em perigo a sua alimentação e a prestação de cuidados que lhe são devidos, é punido com pena de prisão até seis meses ou com pena de multa até 60 dias"*.

O Código Penal institui, por via da presente alteração legislativa, um conceito de animal de companhia que consiste em qualquer animal detido ou destinado a ser detido por seres humanos, designadamente no seu lar, para seu entretenimento e companhia. Estão expressamente excluídos do referido conceito os animais utilizados para fins de exploração agrícola, pecuária ou agro-industrial, bem como para fins de espetáculo comercial *"ou outros fins legalmente previstos"*. Deste modo, fica excluída da presente penalização, por exemplo, a utilização de animais para fins tauromáquicos.

A presente lei visa acompanhar uma crescente consciencialização da vida animal como seres vivos. De facto, a União Europeia já havia firmado um Protocolo relativo à proteção e ao bem-estar dos animais, em 1997, o qual foi anexado ao Tratado de Amesterdão.

Uns anos antes, em 1978, também a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) criou uma "Declaração Universal dos Animais", a qual determina, no art.º 2.º,

**Da nossa parte,
consideramos que esta
evolução legislativa é
positiva, acompanhando
uma tendência
internacional, que se tem
vindo a verificar.**

que *"todo o animal tem direito a ser respeitado"*, e, no art.º 3.º, que *"nenhum animal será submetido nem a maus tratos nem a atos cruéis"*. No que respeita especificamente aos animais de companhia, esta Declaração determina que *"todo o animal que o homem escolheu para seu companheiro tem direito a uma duração de vida conforme a sua longevidade natural"*, considerando que *"o abandono de um animal é um ato cruel e degradante"* (art.º 6).

Da nossa parte, consideramos que esta evolução legislativa é positiva, acompanhando uma tendência internacional, que se tem vindo a verificar.

Receamos, contudo, que esta disposição encerre várias questões, relacionadas, por um lado, com o sistema normativo nacional, e, por outro lado, com a redação da norma incriminadora.

Em breve nota relativa ao sistema normativo nacional, salienta-se que, aos olhos do Direito, um animal é uma "coisa", pelo que, nesse sentido, não é encarado como um titular de direito e obrigações, o que poderá gerar discussões doutrinárias e, no limite, críticas entre juristas a propósito da conformidade do estatuto ora atribuído aos animais de companhia e o estatuto geral que o Direito confere aos animais.

Conceção diferente foi adotada pelo Código Civil alemão, o qual tem, desde 1990, um parágrafo (§ 90º) que dispõe que *"1. Os animais não são coisas. 2. Eles serão protegidos por legislação especial. 3. As normas relativas às coisas serão correspondentemente aplicáveis aos animais, salvo disposição em*

contrário", seguindo, aqui, uma formulação similar àquela que foi adotada pelo Código Civil austríaco, em 1988. Ainda no Código Civil alemão, também o parágrafo § 903, relativo aos poderes do proprietário, determina que *"o proprietário de um animal tem que observar no exercício dos seus poderes, os preceitos especiais de proteção dos animais"*. Também a França distingue claramente os animais de objetos. Mais recentemente, em abril de 2003, o Código Civil suíço foi alterado, conferindo aos animais um estatuto próprio distinto das "coisas".

No plano prático, desta feita relacionado com a redação normativa, cumpre alertar para a multiplicidade de conceitos indeterminados, e, porventura, difíceis de provar num eventual processo-crime.

De facto, pratica um crime de maus tratos a animais de companhia, *"quem, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus tratos físicos a um animal de companhia"*. Ora, o que se entende por motivo legítimo para efeitos desta norma pode revelar-se uma matéria geradora de discórdia e, sobretudo, de difícil concretização no caso concreto.

Por último, também a prova da dor e do sofrimento causados a um animal, poderá revelar-se árdua, em particular nas "situações-fronteira". Ainda no que respeita à dor e ao sofrimento, não percebemos se o legislador exige um "grau mínimo" de dor/sofrimento, ou qualquer lesão será tida em consideração para efeitos penais.

A situação agravante em função do resultado e a criminalização

do abandono de animais não nos oferece dúvidas de maior.

A lei em apreço altera, ainda, a Lei n.º 92/95, sobre a proteção dos animais, conferindo legitimidade às associações zóofilas legalmente constituídas *"para requerer a todas as autoridades e tribunais as medidas preventivas e urgentes necessárias e adequadas para evitar violações em curso ou iminentes na presente lei"*, podendo, ainda *"constituir-se assistentes em todos os processos originados ou relacionados com a violação da presente lei"*, ficando dispensadas do pagamento de custas e taxa de justiça.

A presente lei entra em vigor no dia 1 de outubro deste ano, momento a partir do qual poderemos verificar a efetividade da criminalização introduzida, bem como o alcance da mesma.

Mariana Lupi

marianalupi@cammp.pt



- INSOLVÊNCIA -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 1 de julho de 2014

Resolução do Negócio – Má Fé – Impugnação

Tendo uma sociedade, oito meses antes de dar entrada em juízo do processo onde veio a ser declarada insolvente, procedido à escritura de venda de um imóvel a favor da viúva de um primo de um dos sócios da insolvente, preenche-se a presunção prevista no nº 4 do art. 120º do CIRE. Tal relação familiar (primos), embora não quadre nenhuma das consignadas especificamente no artigo 49º, nº1 do CIRE, nele poderá ser abrangida, por interpretação extensiva, sendo a enunciação aí feita, meramente exemplificativa. Apurando-se não ter sido paga qualquer quantia a título de preço, a invocada «venda», sempre poderia ser subsumida no preceituado na alínea b) do nº1, do artigo 121º do CIRE, por se apresentar como um negócio gratuito celebrado pelo devedor nos dois anos anteriores à data do início do processo e assim sendo, resolúvel a título incondicional.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 1 de julho de 2014

Plano de Insolvência – Liquidação de Património – Recuperação de Empresa – Créditos Renegociados

O plano de insolvência constitui uma providência de recuperação empresarial alternativa que visa a satisfação dos interesses dos credores, aplicável,

indistintamente, a pessoas singulares e a pessoas coletivas. Sendo o insolvente pessoa singular, o facto de, no processo de insolvência, se ter procedido à liquidação universal do seu património, sem se haver obtido o pagamento integral dos créditos verificados, não é ainda suficiente para, sem mais, se declarar a liberação do devedor. Após integral execução do plano de insolvência, as pessoas singulares ou as pessoas coletivas responsáveis pelas dívidas ficam libertas do quantitativo que não tiver sido pago, neste âmbito, desde que o plano não estipule, expressamente, a sua responsabilidade pelas dívidas que não forem abrangidas pelo mesmo. O encerramento do processo de insolvência apenas ocorrerá, em princípio, no caso de o plano de insolvência se traduzir em medidas de recuperação da empresa insolvente, porquanto, consistindo antes num meio alternativo de liquidação do património do insolvente, o processo, tão-só, poderá ser encerrado com o rateio do saldo apurado na liquidação de bens. Na categoria dos tipos de crédito em situação de incumprimento de pagamento, também, designados por créditos vencidos, sob o ponto de vista das responsabilidades dos devedores, de acordo com a natureza das operações, existe a classificação de créditos em mora, de créditos em contencioso e de créditos abatidos ao ativo, compreendendo estes os créditos e juros vencidos que foram abatidos das contas de crédito, mas que continuam em cobrança. Os créditos renegociados resultam de operações de crédito,

efetivamente, concedido que, tendo entrado em situação de incumprimento, decorrente da simples mora ou já da sua transição para a fase de contencioso, pelo facto de o seu pagamento integral não ter ocorrido, nos termos, inicialmente, acordados, foram, entretanto, renegociados, sem garantias adicionais, deixando, assim, de se encontrar na situação de incumprimento e, portanto, de constituir crédito vencido. Os créditos renegociados fazem parte, igualmente, das situações objeto de informação mensal relevante, a enviar pelas entidades participantes ao Banco de Portugal. Sendo, legalmente, obrigatória a comunicação dos créditos renegociados, pelas instituições bancárias ao Banco de Portugal, os réus atuaram no cumprimento de um dever, mesmo na situação da nova realidade dos créditos renegociados, que legitima a verificação do dano resultante da não concessão de crédito aos autores que, como causa justificativa do facto, afasta a aparente ilicitude da sua conduta. Na ausência de estatuição expressa, em sentido diverso, constante do plano de insolvência, só o cumprimento deste exonera o devedor e os responsáveis legais da totalidade das dívidas da insolvência remanescentes, pois que os responsáveis pelas dívidas apenas ficariam libertos, após integral execução do plano de insolvência celebrado, sendo, assim, realidades distintas, não

incompatíveis, o trânsito em julgado da sentença homologatória do plano de insolvência e a execução concluída deste.

- CIVIL -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 26 de junho de 2014](#)

Defeito da coisa – Denúncia – Caducidade

No âmbito do disposto no artigo 1225.º CC, a ação em que se pede a "eliminação dos defeitos" tem que ser instaurada no ano seguinte ao da denúncia dos mesmos, sendo para o efeito irrelevante se isso acontece antes ou depois de terem decorrido "cinco anos a contar da entrega" do bem.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 1 de julho de 2014](#)

Arrendamento Comercial –Direito de Preferência

Decorre do art. 417.º, n.º1, do Código Civil que o obrigado à preferência tem direito a vender a coisa sobre que incide um direito de preferência conjuntamente com outras e por um preço global; neste caso o titular/preferente não interessado na opção pela aquisição do conjunto a vender pode exercer o seu direito pelo preço que proporcionalmente for atribuído; o obrigado à preferência só pode opor-se a esta pretensão de "*divisão proporcional do preço*", exigindo que a preferência incida sobre as coisas restantes "*se estas não forem separáveis sem prejuízo apreciável*". Quando o preferente acede a exercer o seu direito sobre o conjunto de coisas a alienar – art. 417.º do Código Civil – *vê estendido o seu original*

direito de preferência, direito esse que pode exercer facultativamente. O direito a exercer a preferência pelo preço proporcional pode ser paralisado pela invocação/exigência dos obrigados à preferência de que a venda seja global, porque a venda parcelar e o inerente preço proporcional, lhe causam *prejuízo apreciável*, não sendo as coisas pretendidas vender separáveis; a lei visa a proteção do interesse económico do vendedor. Não aceitando o preferente a aquisição conjunta de bens comunicada pelo obrigado à preferência, além daquele sobre que recai o seu direito, não estando o obrigado à preferência vinculado a discriminar o preço de cada coisa integrante do conjunto, assiste ao *preferente parcelar*, mesmo em caso de notificação extrajudicial, requerer arbitramento judicial para determinar o valor proporcional e assim exercer o direito de prelação, não sendo de afastar por analogia a aplicação do regime jurídico do art. 1459.º (preferência limitada) do Código de Processo Civil e o recurso à ação de suprimimento prevista no art. 1429.º daquele diploma. A menção discriminada dos preços dos imóveis vendidos em conjunto, constante da escritura pública de compra e venda resulta, obrigatoriamente, do art. 63.º do Código do Notariado que impõe que nos atos sujeitos a registo predial, a indicação "*do valor de cada prédio, da parte indivisa ou do direito a que o ato respeitar*". Tal menção não evidencia qualquer comportamento menos leal dos vendedores, nem empresta ao recorrente *termo a quo* para evitar a caducidade da ação de



preferência – art. 1410.º, n.º1, do Código Civil.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 10 de julho de 2014](#)

Incidente de Qualificação da Insolvência – Presunção *juris et de jure*

Em incidente de qualificação da insolvência, as várias alíneas do n.º 2 do artigo 186.º do CIRE encerram uma presunção *juris et de jure* – por definição, inilidível e irrefutável – de culpa grave da parte dos administradores/gerentes na criação ou agravamento de uma situação de insolvência. Mas, antes, terá que se fazer a prova segura de que, no caso concreto e em relação a eles, tais situações abstratas ali descritas efetivamente se verificaram.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- FISCAL -

Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto de 2014

Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

- BANCÁRIO -

Decreto-Lei n.º 114-A/2014, de 1 de agosto de 2014

Altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, procedendo a alterações ao regime previsto no Título VIII relativo à aplicação de medidas de resolução, e transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio, que estabelece um enquadramento para a recuperação e a resolução de instituições de crédito e de empresas de investimento.

Decreto-Lei n.º 114-B/2014, de 4 de agosto de 2014

Altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, procedendo a alterações ao regime previsto no Título VIII relativo à aplicação de medidas de resolução.

Lei n.º 58/2014, de 25 de agosto de 2014

Primeira alteração à Lei n.º

58/2012, de 9 de novembro, que cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil.

- PENAL -

Lei Orgânica n.º 2/2014, 6 de agosto de 2014

Aprova o Regime do Segredo de Estado, procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal e à trigésima primeira alteração ao Código Penal e revoga a Lei n.º 6/94, de 7 de abril.

Lei Orgânica n.º 3/2014, de 6 de agosto de 2014

Cria a Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado, à qual compete zelar pelo cumprimento da Constituição e da lei em matéria de segredo de Estado, sem prejuízo dos poderes de fiscalização da Assembleia da República. No âmbito da sua competência, esta entidade deverá acompanhar e fiscalizar a atividade de classificação do segredo de Estado, pronunciar-se sobre requerimentos e queixas apresentados por cidadãos em matéria deste segredo e velar pelo cumprimento da Constituição e da lei, especialmente em matéria de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Lei n.º 59/2014, de 26 de agosto de 2014

Procede à trigésima segunda alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, qualificando os crimes de homicídio e de ofensas à integridade física cometidos contra solicitadores, agentes de

execução e administradores judiciais.

Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto de 2014

Procede à trigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, criminalizando os maus tratos a animais de companhia, e à segunda alteração à Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, sobre proteção aos animais, alargando os direitos das associações zoófilas.

- LABORAL -

Lei n.º 55/2014, de 25 de agosto de 2014

Procede à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, no que respeita à sobrevivência e caducidade, e ainda, à cessação da vigência das convenções coletivas.

No âmbito desta alteração, a cláusula de convenção que faça depender a cessação da vigência desta da substituição por outro instrumento de regulamentação coletiva de trabalho caduca decorridos três anos sobre a verificação de um dos seguintes factos: a) última publicação integral da convenção; b) denúncia da convenção; e c) apresentação de proposta de revisão da convenção que inclua a revisão da referida cláusula. Na redação anterior, o prazo era de cinco anos.



Em situação de denúncia da convenção, esta mantém-se em regime de sobrevivência durante o período em que decorra a negociação, incluindo conciliação, mediação ou arbitragem voluntária, ou no mínimo durante 12 meses, tendo este período sido reduzido em 6 meses.

Em matéria de cessação da vigência da convenção coletiva, esta alteração veio permitir que aquela convenção ou parte dela pode ser suspensa temporariamente na sua aplicação, em situação de crise empresarial, por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos, catástrofes ou outras ocorrências que tenham afetado gravemente a atividade normal da empresa, desde que tal medida seja indispensável para assegurar a viabilidade da

empresa e a manutenção dos postos de trabalho, por acordo escrito entre as associações de empregadores e as associações sindicais outorgantes sem prejuízo da possibilidade de delegação, o qual deve ter menção expressa à fundamentação e determinar o prazo de aplicação da suspensão e os efeitos decorrentes da mesma.

- CONCORRÊNCIA -

[Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto de 2014](#)

Aprova os estatutos da Autoridade da Concorrência, adaptando-os ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.

- DIVERSOS -

[Decreto-Lei n.º 117/2014, de 5 agosto de 2014](#)

Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, que regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes, no que respeita ao regime de taxas moderadoras e à aplicação dos regimes especiais de benefícios.

[Decreto-Lei n.º 131/2014, de 29 de agosto de 2014](#)

Regulamenta a Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro, no que se refere à proteção e confidencialidade da informação genética, às bases de dados genéticos humanos com fins de prestação de cuidados de saúde e investigação em saúde, às condições de oferta e realização de testes genéticos e aos termos em que é assegurada a consulta de genética médica.

CAMMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9.º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.